

ROBERTO MACEDO

ESTADO DE SÃO PAULO

## Atacar causas, sem retrocessos



**O setor privado permanece refém das distorções que vêm do setor público**

**P**retendia, neste artigo, continuar tratando da questão educacional, que abordei na semana passada. Preferi, entretanto, o tema do momento, mais um período de sobressaltos na economia.

Na sua essência, o que ocorre é que a economia brasileira continua pagando o preço da procrastinação com que vem enfrentando o ajuste de seu setor público. Para não ir muito longe no passado, pelo menos há duas décadas os economistas vêm insistindo em que sem esse ajuste a economia continua vulnerável sob vários aspectos. Em primeiro lugar, pelo acúmulo de déficits governamentais e da dívida pública, com o setor público absorvendo recursos que poderiam ser mais bem aplicados pelo setor privado, além de impor juros altos a toda a economia. Isso na medida em que o governo é o maior tomador de empréstimos e é considerado um devedor de alto risco, justamente por não se emendar no controle de suas contas.

Em segundo lugar, porque, na esteira dos juros altos e da incerteza que continua caracterizando esse controle, o setor privado permanece como refém das distorções que vêm do setor público. Tanto o investimento como o consumo do setor privado são inibidos pelo efeito das políticas governamentais, o que vem prejudicando o crescimento econômico, a ponto de o produto interno bruto (PIB) per capita da economia estar praticamente estagnado há quase 20 anos. Este ano, novamente e lamentavelmente, o crescimento do PIB vai ser nulo.

— Em terceiro lugar, porque, com o acúmulo da dívida públi-

ca, somado às distorções dos juros altos e do dólar barato — este, em parte, também ligado aos mesmos juros, que atraem muitos dólares para o País —, há também o crescimento da dívida externa, principalmente pelo setor privado, que procura buscar lá fora recursos mais abundantes e não tão caros como os disponíveis internamente, mas ainda assim sempre remun-

nerando os aplicadores externos com taxas bem superiores às que obteriam nos seus próprios países.

Tudo isso mantém a economia muito vulnerável aos tais ataques especulativos, que se manifestam em fugas de capitais que, num momento ou outro, podem ser induzidas pelas dificuldades enfrentadas por este ou aquele país — como, agora, a Rússia —, que também participa de um mesmo mercado financeiro fortemente interligado e cada vez mais ágil nas suas transações. Mas, em lugar de culpar a Rússia ou esse mercado — é mais fácil jogar a culpa nos outros —, o que devemos fazer é refletir sobre a nossa própria vulnerabilidade. Se estivéssemos com a casa em ordem e fortificada, os tais ata-

ques especulativos não seriam realizados ou teríamos maiores condições de resistir a eles. Nem o governo estaria precisando tanto de empréstimos nem a economia, como um todo, dependeria tanto de recursos externos. Não haveria muito o que atacar de modo especulativo, já que não haveria tanto o que retirar do País. E novamente caímos no problema recorrente: a grande fragilidade da casa está em seu setor público e nos desajustes que provoca no setor privado.

É claro que houve avanços consideráveis na gestão governamental, em particular no controle da inflação e no andamento do programa de privatização. Mas são avanços que precisam ser consolidados, sem o que há até mesmo o risco de a inflação voltar. Paralelamente, a economia avançou também na transição de um modelo esgotado, em que era muito fechada à competição externa e muito dependente da gestão governamental até mesmo de suas atividades produtivas, para um outro modelo em que a economia é mais aberta internacionalmente e, ao setor privado, são delegadas funções outrora exercidas por empresas e outras entidades estatais. Nesse processo, o ajuste do setor privado foi muito mais ágil e eficaz, com as empresas se tornando mais eficientes na sua gestão, mais produtivas e acompanhando melhor os avanços

da tecnologia, podendo enfrentar, assim, os desafios de uma competição mais acirrada.

São esses avanços que não podem ser perdidos de vista, quando uma nova rodada de ajustes sempre adiados se impõe pelas dificuldades do momento. Tal como num atendimento de emergência, é natural que, no meio da confusão e da pressa, surjam propostas e medidas mais voltadas para controlar os efeitos do que as causas do problema. Entre elas, as que apontam para aumentar os juros, desvalorizar o câmbio, controlar os fluxos de capitais, restringir as importações e tudo o mais. Além de estarem voltadas para os efeitos — o problema central continua sendo a vulnerabilidade que decorre dos desajustes do setor público —, por trás de algumas dessas propostas, como a das restrições à importação, estão interesses ligados ao velho protecionismo e ao desinteresse pela competição que marcaram a economia brasileira por muito tempo e também respondiam, e ainda hoje respondem, conquanto menos, por outras de suas fragilidades, em particular a ineficiência produtiva.

Portanto, que se controlem emergencialmente alguns efeitos, mas não se perca, mais uma vez, a oportunidade de um ataque contundente às causas nem se dê espaço aos que querem tirar proveito da situação para retrocessos que desviarão ainda mais a economia da rota de crescimento, da qual se afastou nas duas últimas décadas.

■ Roberto Macedo, economista com doutorado em Harvard (EUA), é professor e consultor

E-mail: roberto@macedo.com

### Correção

O nome correto da autora do artigo De rublos, mitos e matrisoshkas, publicado ontem, é Tite Rego Barros, e não Tide, como publicado no alto da página.

